

# SENADOR CANEDO-GO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR CANEDO - GOIÁS

ASSISTENTE DE SAÚDE TÉCNICO DE ENFERMAGEM



APOSTILA COMPLETA



MATERIAL PARA DOWNLOAD



TEORIA E QUESTÕES

**EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2025** 

# AVISO IMPORTANTE:

#### Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

# POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- \* Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- \* Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação: https://www.maxieduca.com.br





#### Prefeitura de Senador Canedo - GO

#### Assistente de Saúde - Técnico de Enfermagem

## **LÍNGUA PORTUGUESA**

descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva e expositiva	1
Compreensão e interpretação de textos	9
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica	15
Gramática normativa	16
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto	17
Mecanismos de coesão e coerência	30
Tipos de argumento	43
Classificação gramatical	44
Processo de formação de palavras	56
Fenômenos gramaticais e construção de significados na Língua Portuguesa	63
Relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração	64
Concordância	72
Regência verbal e nominal	78
Pontuação	85
Acentuação	95
Questões	97
Gabarito	110
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	
TACIUCINIU LUUICU-IMAI EMIAI ICU	
Lógica e raciocínio lógico; Lógica de argumentação	1
Proposição lógica; Proposições simples e compostas; Operadores lógicos; Tabela verdade; Tautologia, contradição e contingência; Equivalências e negações	8
Conjuntos, subconjuntos e operações básicas de conjunto	18
Noções de Estatística: tabelas, gráficos e medidas de tendência central (média, moda e mediana)	36
Grandezas proporcionais, razão e proporção	40
Regra de três	42
Porcentagem	43
Juros simples e compostos	45
Questões	48
Gabarito <u></u>	54



## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

Sistema Operacional (Windows 10 e 11): conceitos básicos, área de trabalho, janelas, pastas e arquivos; operações com arquivos e pastas (copiar, mover, renomear, excluir); atalhos de teclado mais utilizados (Ctrl+C, Ctrl+V, Alt+Tab etc.) e gerenciador de tarefas; Configurações e Painel de Controle, incluindo a Solução de Problemas; Instalação, desinstalação ou alteração de programas e ativação/desativação de recursos, incluindo configuração de aplicativos; Aplicativos do Windows	1
Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint), Word: formatação de texto, cabeçalho, rodapé, tabelas, mala direta; Excel: fórmulas básicas, gráficos, planilhas e PowerPoint: criação e edição de slides, transições, animações; gerenciamento de impressão	
Procedimentos de backup	36
Compactação e extração de arquivos (zip)	37
Aplicativos para escritório: softwares proprietários e livres	38
Aplicativos comuns de comunicação e armazenamento: WhatsApp, Google Drive, Zoom, Teams	41
Navegadores de internet e serviços de busca na web	47
Serviços de correio eletrônico e boas práticas de uso de e-mail corporativo	51
Questões	55
Gabarito	61
	0.
LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO  Ética no Setor Público	1
LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO	
LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO  Ética no Setor Público	1
LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO  Ética no Setor Público	1 2
EGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO  Ética no Setor Público	1 2 8
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo	1 2 8 19
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização	1 2 8 19 38
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos	1 2 8 19 38 44
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização	1 2 8 19 38 44 53
Ética no Setor Público  Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização  Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores)  Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e alterações posteriores)  Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública (Seção I e II)  Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações	1 2 8 19 38 44 53 60 74 86
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização  Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores)  Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e alterações posteriores)  Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública (Seção I e II)  Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações posteriores)	1 2 8 19 38 44 53 60 74 86
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização  Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores)  Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e alterações posteriores)  Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública (Seção I e II)  Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações posteriores)  Lei Orgânica do Município Senador Canedo - Lei nº 01/1990	1 2 8 19 38 44 53 60 74 86
Ética no Setor Público  Noções de Direito Administrativo: princípios da Administração Pública  Poderes administrativos  Atos administrativos  Processo administrativo  Controle  Responsabilização  Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores)  Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 e alterações posteriores)  Constituição Federal de 1988: Capítulo VII – Da Administração Pública (Seção I e II)  Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 e alterações posteriores)	1 2 8 19 38 44 53 60 74 86





## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Sistema Unico de Saude (SUS), principios e diretrizes do SUS; Referencia e contrarreferência no Sistema Único de Saúde (SUS); Políticas públicas de saúde	1
Constituição Federal de 1988 (Art. 196 a 200)	33
Organização dos serviços de saúde: níveis de atenção (primária, secundária e terciária)	35
Ética e legislação profissional	37
Estratégia de Saúde da Família	51
Promoção da Saúde e Educação em Saúde	54
Política Nacional de Saúde	56
Política Nacional de Humanização (PNH)	58
Política Nacional de Atenção Básica (PNAB)	63
Promoção e prevenção de agravos à saúde, controle de doenças e agravos	70
Programa Nacional de Imunização (PNI)	71
Vigilância em saúde	84
Biossegurança: epidemiologia, prevenção e controle de Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) e a comunidade, limpeza, desinfecção e esterilização de produtos para a saúde; desinfecção de superfícies; higiene das mãos; uso de equipamento de proteção individual e coletiva; acidente com material biológico; manuseio e separação dos resíduos sólidos dos serviços de saúde; precauções padrões e isolamentos e técnicas de assepsia e antissepsia	
Bases de anatomia, fisiologia	
Nutrição	123
Farmacologia; Administração de medicamentos e vacinas	142
Microbiologia e parasitologia	153
Procedimentos de enfermagem: curativos	157
Cuidados com drenos cirúrgicos; Sondagem: gástrica, nasogástrica, vesical	165
Nebulizações	172
Mensuração antropométrica	173
Verificação de sinais vitais	174
Suporte Básico de Vida	195
Questões	227
Gabarito	235







#### Língua Portuguesa

O estudo dos tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão e produção de textos em diversas situações comunicativas, sendo um tema recorrente em provas de concursos públicos. Ao compreender esses conceitos, o candidato adquire a capacidade de interpretar de forma mais eficaz os diferentes textos que encontrará, além de aprimorar sua habilidade de redigir conforme as exigências de cada situação.

Os tipos textuais referem-se a estruturas mais amplas e fixas que caracterizam a forma como o conteúdo é apresentado, como o narrativo, descritivo, dissertativo-argumentativo, expositivo e injuntivo. Já os gêneros textuais são as variadas manifestações desses tipos, adaptando-se ao contexto social, à finalidade e ao meio de comunicação, como notícias, editoriais, cartas de opinião, entre outros.

#### TIPOS TEXTUAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

Os tipos textuais são modelos de estrutura e organização que orientam a maneira como um texto é construído, determinando sua função comunicativa e as estratégias linguísticas empregadas em sua elaboração. Esses tipos são considerados padrões relativamente estáveis que definem a forma e o propósito do texto, orientando o autor e o leitor sobre como a mensagem será apresentada.

Ao todo, temos cinco tipos textuais clássicos, que aparecem com frequência em questões de concursos públicos e que são fundamentais para a compreensão da estrutura e organização dos textos: o descritivo, o injuntivo, o expositivo, o dissertativo-argumentativo e o narrativo. Cada um desses tipos textuais possui características próprias que influenciam a maneira como o texto é organizado, e a identificação dessas características é essencial para a interpretação e produção de textos de acordo com as demandas específicas de cada contexto.

#### ► Tipo Textual Descritivo

O tipo descritivo é voltado para a criação de uma imagem detalhada de um objeto, pessoa, lugar, situação ou sentimento. O objetivo principal é permitir que o leitor visualize ou experimente o que está sendo descrito, utilizando recursos linguísticos que enfatizam as características sensoriais e perceptivas.

#### Características principais:

- Uso frequente de adjetivos, locuções adjetivas e orações adjetivas para caracterizar o objeto descrito.
- A descrição pode ser objetiva, quando o autor busca apresentar os detalhes de forma imparcial, ou subjetiva, quando há a inclusão de impressões e sentimentos pessoais.
- O texto é marcado por uma estrutura estática, sem progressão temporal.
- Exemplos de gêneros textuais descritivos: anúncios classificados, cardápios, biografias, manuais e relatos de viagem.

#### ► Tipo Textual Injuntivo

O tipo injuntivo, também conhecido como instrucional, tem como propósito orientar, instruir ou comandar o leitor a realizar uma ação específica. É comum em situações em que é necessário indicar procedimentos, dar instruções ou estabelecer regras.

#### **Características principais:**

- Uso predominante de verbos no modo imperativo e em formas que expressam obrigação ou instrução (futuro do presente, por exemplo).
- A linguagem é direta e objetiva, com frases curtas e claras.
- A presença de marcas de interlocução, como pronomes e verbos em segunda pessoa, é comum para estabelecer uma relação de diálogo com o leitor.



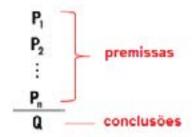




#### Raciocínio Lógico-Matemático

#### LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como P<sub>1</sub>, P<sub>2</sub>,... P<sub>n</sub>, conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



#### Exemplo:

- P1: Todos os cientistas são loucos.
- P2: Martiniano é cientista.
- Q: Logo, Martiniano é louco.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

#### Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

- P1: Todos os homens são pássaros.
- P2: Nenhum pássaro é animal.
- C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

#### Como determinar se um argumento é válido?

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que "todos os homens são pássaros", podemos representar esta afirmação da seguinte forma:





#### Noções de Informática

#### **WINDOWS 10**

Lançado em 2015, O Windows 10 chega ao mercado com a proposta ousada, juntar todos os produtos da Microsoft em uma única plataforma. Além de desktops e notebooks, essa nova versão equipará smartphones, tablets, sistemas embarcados, o console Xbox One e produtos exclusivos, como o Surface Hub e os óculos de realidade aumentada HoloLens¹.

#### Versões do Windows 10

- Windows 10 Home: edição do sistema operacional voltada para os consumidores domésticos que utilizam PCs (desktop e notebook), tablets e os dispositivos "2 em 1".
- Windows 10 Pro: o Windows 10 Pro também é voltado para PCs (desktop e notebook), tablets e dispositivos "2 em 1", mas traz algumas funcionalidades extras em relação ao Windows 10 Home, os quais fazem com que essa edição seja ideal para uso em pequenas empresas, apresentando recursos para segurança digital, suporte remoto, produtividade e uso de sistemas baseados na nuvem.
- Windows 10 Enterprise: construído sobre o Windows 10 Pro, o Windows 10 Enterprise é voltado para o mercado corporativo. Os alvos dessa edição são as empresas de médio e grande porte, e o Sistema apresenta capacidades que focam especialmente em tecnologias desenvolvidas no campo da segurança digital e produtividade.
- Windows 10 Education: Construída a partir do Windows 10 Enterprise, essa edição foi desenvolvida para atender as necessidades do meio escolar.
- Windows 10 Mobile: o Windows 10 Mobile é voltado para os dispositivos de tela pequena cujo uso é centrado no touchscreen, como smartphones e tablets
- Windows 10 Mobile Enterprise: também voltado para smartphones e pequenos tablets, o Windows 10 Mobile Enterprise tem como objetivo entregar a melhor experiência para os consumidores que usam esses dispositivos para trabalho.
- Windows 10 IoT: edição para dispositivos como caixas eletrônicos, terminais de autoatendimento, máquinas de atendimento para o varejo e robôs industriais todas baseadas no Windows 10 Enterprise e Windows 10 Mobile Enterprise.
- Windows 10 S: edição otimizada em termos de segurança e desempenho, funcionando exclusivamente com aplicações da Loja Microsoft.
- Windows 10 Pro Workstation: como o nome sugere, o Windows 10 Pro for Workstations é voltado principalmente para uso profissional mais avançado em máquinas poderosas com vários processadores e grande quantidade de RAM.





#### Legislação Aplicada ao Setor Público

A ética é a parte da filosofia que trata da reflexão sobre os princípios que fundamentam a moral. Pode ser entendida como uma teoria filosófica ou científica. Ética é um código moral que pretende ser o único conjunto de regras de conduta harmonicamente coerentes ao qual toda pessoa considerada moral deva obedecer1.

A necessidade de se definir os caminhos éticos a serem seguidos por profissionais de diversos ramos específicos fez multiplicar, nos últimos anos, os chamados "códigos de éticas" relativos às mais diversas profissões (código de ética da advocacia, código de ética da medicina, etc.)2.

Os "códigos de ética" se caracterizam por princípios e regras que visam justamente definir condutas a serem seguidas por um determinado grupo de profissionais.

Não poderia ser diferente em relação à profissão dos servidores públicos, sobretudo quando se leva em consideração que a Administração Pública deve se pautar pelo princípio da moralidade, sendo exigido de seus agentes, aos quais se incumbe a materialização da vontade do Estado por meio de atos e procedimentos administrativos, um comportamento regido pela ética.

Os "códigos de ética" são mais que mero conjunto de leis a serem observadas por seus destinatários, no caso os servidores públicos, sob pena da sanção estatal; os "códigos de ética" são, na realidade um conjunto de normas a serem observadas, não por medo da violência do Estado por sua inobservância (sanção), mas por senso e consciência moral livre, autônoma e íntima, por convicção interna, de que os serviços públicos devem orientar-se à consecução do bem comum e prestígio à solidariedade social como meios de sobrevivência e harmonia da sociedade para o que se exige o estrito respeito ao elemento ético que deve compor todo o agir humano.

No que se refere aos Servidores Públicos Civis do Poder Executivo Federal, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 1.171/943, instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

Referido Decreto descreve regras de conduta a serem seguidas pelos agentes públicos (regras deontológicas), deveres fundamentais do servidor público e também vedações ao servidor público.

Da mesma forma, considerada um dos pilares da legislação anticorrupção, a Lei de Improbidade Administrativa (LIA), nome pela qual ficou conhecida a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 19924, é dividida em três seções:

- "I Dos Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito";
- II "Dos Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário"; e
- III "Dos Atos de Improbidade Administrativa que Atentam Contra os Princípios da Administração Pública".

Os Atos de improbidade administrativa atentam contra o Erário, resultam em enriquecimento ilícito ou atentam contra os princípios da administração pública. Entre as penas previstas estão o ressarcimento ao Erário, a indisponibilidade dos bens e a suspensão dos direitos políticos5.

Não obstante o reconhecimento da necessidade de atualização da Lei, seu texto sofreu alteração pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 20216, sendo alvo de intensos debates e controvérsias: para alguns críticos, houve uma flexibilização da LIA, para outros buscou-se evitar seu uso político.

Da lei original, apenas os artigos 15 e 19 não foram objeto de modificação. Todos os demais foram alterados ou revogados.

<sup>1 [</sup> CAVA, Wilson; GOMES, Celso Augusto dos Santos. ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: alguns apontamentos. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso Gestão, Assessoramento e Estado-Maior, Escola de Formação Complementar do Exército. 2018.1

<sup>2 [</sup>BORTOLETO, Leandro; MÜLLER, Perla. Noções de ética no serviço público. Editora Jus Podivm, 2014.] 3 [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil 03/decreto/d1171.htm.]

<sup>4 [</sup> Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/l8429.htm.]

<sup>5 [</sup>Alterações na Lei de Improbidade Administrativa - Lei nº 8.429/1992 (Lei nº 14.230/2021). CADIP – CENTRO DE APOIO AO DIREITO PÚBLICO. Coordenadoria do Cadip (biênio 2022-2023). São Paulo, 15 de março de 2023 (4ªedição).] 6 [Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14230.htm#art1.]





#### **Conhecimentos Específicos**

O Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecido como um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como base o princípio de que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. Esse marco legal estabeleceu um modelo que visa garantir o acesso universal e gratuito a serviços de saúde, abrangendo desde a atenção básica até procedimentos de alta complexidade.

No entanto, garantir que um sistema dessa magnitude funcione de maneira eficiente não é uma tarefa simples. A gestão do SUS envolve a coordenação de milhares de unidades de saúde, a administração de grandes volumes de recursos financeiros e humanos, além de lidar com as demandas e necessidades de uma população diversa e extensa como a brasileira. Para isso, é essencial que os princípios e diretrizes do sistema sejam observados com rigor, permitindo que a saúde pública atenda suas finalidades com qualidade e equidade.

A gestão do SUS é um tema central para aqueles que buscam compreender como se dá o funcionamento dos serviços de saúde no Brasil, especialmente no contexto de concursos públicos. Conhecer sua estrutura organizacional, as formas de financiamento, os mecanismos de controle e avaliação, bem como os desafios enfrentados pelo sistema, é fundamental para entender como ele opera e como pode ser melhorado.

#### PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS

O Sistema Único de Saúde (SUS) é regido por uma série de princípios e diretrizes que orientam sua organização e funcionamento. Esses elementos fundamentais foram estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990), com o intuito de garantir que o sistema seja capaz de atender às necessidades de saúde da população de maneira justa e eficaz. A compreensão desses princípios é essencial para entender como o SUS é gerido e como ele busca assegurar o direito à saúde.

#### Princípios Doutrinários

Os princípios doutrinários são aqueles que orientam o conceito e os objetivos fundamentais do SUS. Eles estabelecem as bases éticas e filosóficas que guiam a prestação de serviços de saúde no Brasil. Os três principais princípios doutrinários do SUS são:

#### Universalidade

Esse princípio determina que todos os cidadãos têm direito ao acesso aos serviços de saúde, independentemente de sua condição socioeconômica, idade ou localização geográfica. A universalidade implica que o SUS deve estar disponível para todos, sem discriminação, garantindo a saúde como um direito humano básico.

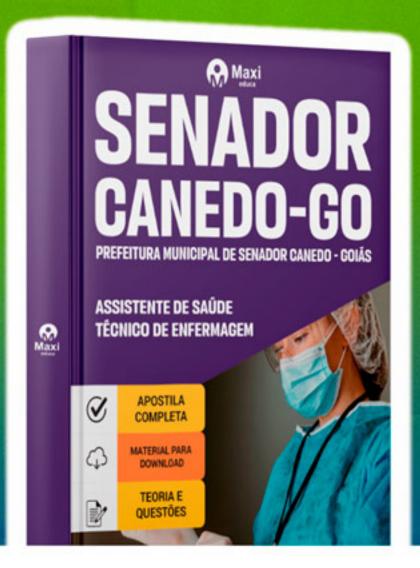
#### Integralidade

A integralidade refere-se à oferta de cuidados de saúde de forma completa, ou seja, levando em conta todos os aspectos das necessidades de saúde dos indivíduos. Esse princípio visa garantir que os serviços prestados não sejam fragmentados, mas abordem as diversas dimensões da saúde, desde a prevenção até a reabilitação, considerando o indivíduo como um todo.

#### Equidade

Diferente de igualdade, a equidade implica que os recursos e serviços de saúde devem ser distribuídos de acordo com as necessidades específicas de cada indivíduo ou grupo. A ideia é que aqueles que mais necessitam de cuidados, como populações vulneráveis, tenham prioridade no acesso aos serviços. Isso busca corrigir as desigualdades sociais e regionais no acesso à saúde.





# GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão <mark>COMPLETA</mark> é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

**QUERO MINHA APROVAÇÃO!**